

José Alesando Rodrigues

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Alta Floresta-SECMA
josealerodrigues@gmail.com

Santino Seabra Junior

Universidade do Estado de Mato Grosso
santino세abra@hotmail.com

Delmonte Roboredo

Universidade do Estado de Mato Grosso
roboredo@gmail.com

Junior Miranda Scheuer

Universidad de la República (UDELAR)
juniorscheuer@yahoo.com.br

Charles Caioni

Universidade do Estado de Mato Grosso
charlescaioni1@gmail.com

ESTRUTURA SÓCIO-PRODUTIVA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DAS COMPRAS INSTITUCIONAIS DE ALTA FLORESTA/MT

RESUMO

O contexto de formação da estrutura produtiva do município de Alta Floresta, Mato Grosso, perpassou por políticas de colonização, exploração de minérios, extração florestal para a implantação da agropecuária e programas governamentais de compras institucionais. Assim, objetivou-se estudar a estrutura sócio-produtiva dos agricultores familiares que acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar na Amazônia Meridional do município mato-grossense de Alta Floresta. A pesquisa, de caráter descritivo, desdobrou-se com os agricultores familiares de Alta Floresta beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar durante o triênio de 2013-2015. Esta foi realizada em três etapas: revisão do estado da arte e levantamento de dados secundários, pesquisa a campo e análise dos dados. Os agricultores familiares que acessaram o Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar foram constituídos de agricultores familiares. A estrutura produtiva dos agricultores familiares demandam a necessidade de melhorias, contudo notou-se princípios de técnicas agrícolas mais sustentáveis, diversificação da produção e potencial para a inclusão de produtos da agrobiodiversidade no mercado institucional. A produção familiar de alimentos conduz-se ao consumo das famílias e comercialização, dentre os canais o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nesse contexto é que se percebe a importância dos programas institucionais de comercialização da produção agrícola familiar tendo em vista que atuaram diretamente em um dos problemas existentes das pequenas unidades familiares: a inserção dos produtos no comércio local.

Palavras-chave: Políticas públicas. Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Amazônia Meridional, agricultura familiar.

SOCIO-PRODUCTIVE STRUCTURE OF BENEFICIARY FAMILIES OF INSTITUTIONAL PURCHASES OF ALTA FLORESTA/MT

ABSTRACT

The context of formation of the productive structure of the municipality of Alta Floresta, Mato Grosso, covered colonization policies, mineral exploitation, forestry extraction for the implantation of agriculture and governmental programs of institutional purchases. Thus, the objective was to study the socio-productive structure of the family farmers who accessed the Food

Acquisition Program and the National School Feeding Program in the Southern Amazon of the municipality of Mato Grosso, Alta Floresta. The research, of a descriptive nature, unfolded with the Alta Floresta family farmers benefited by the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program during the triennium of 2013-2015. This was done in three steps: review of the state of the art and secondary data collection, field research and data analysis. The family farmers who accessed the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program were family farmers. The productive structure of family farmers demands the need for improvements, but the principles of more sustainable agricultural techniques, diversification of production and potential for the inclusion of agrobiodiversity products in the institutional market were noted. The family production of food leads to the consumption of families and commercialization, among channels the Food Acquisition Program and the National School Feeding Program. In this context, one notices the importance of the institutional programs for the commercialization of family agricultural production, considering that they have acted directly in one of the existing problems of small family units: the insertion of the products in local commerce.

Keywords: Public policies. Food Acquisition Program. National School Feeding Program. Southern Amazonia. family agriculture.

Recebido em: 22/01/2018 - Aprovado em: 25/07/2018 - Disponibilizado em: 15/12/2018

INTRODUÇÃO

O município de Alta Floresta foi fundado em 1976 por um projeto de capital privado denominado Integração, Desenvolvimento e Colonização Sociedade Anônima (INDECOS/A. Inicialmente a ocupação do território deu-se por produtores rurais em pequenas propriedades que, influenciados pela política de colonização da INDECO, começaram com o cultivo do café, arroz, feijão e milho, todavia as aspirações econômicas e produtivas não se concretizaram, passando então a adotar o cultivo de cacau e guaraná (SELUCHINESK, 2008). Como consequência dos percalços advindos das atividades agrícolas os produtores trocaram a atividade agrícola pela pecuária e garimpo (BONINI et al., 2013).

A extração do metal precioso induziu a um forte crescimento econômico em Alta Floresta, contudo a atividade garimpeira perdeu fôlego na década de 1990 com o esgotamento das jazidas e pela queda do preço no mercado internacional (BONINI et al., 2013).

Com a intenção de reverter o quadro de estagnação que se apresentava no fim dos anos de 1990 e início de 2000 investiu-se, novamente, no potencial agropecuário do território com a exploração da pecuária de corte, de leite e na extração de madeira oriunda da abertura de novas áreas para a agricultura e pecuária (COCHEV, 2014). De acordo com dados do IBGE (2009) no em Alta Floresta 78% dos estabelecimentos agropecuários são familiares (1.805), ocupando aproximadamente 18% da área agricultável do município (IBGE, 2009).

No contexto das políticas pós-processo de colonização, exploração de minérios e posterior extração florestal para a implantação da agropecuária, bem como a significativa importância dos agricultores familiares, se discute as políticas públicas sociais e sustentáveis voltadas à produção e comercialização de alimentos da agricultura familiar.

Nesse certame se insere dois programas federais fundamentais para o desenvolvimento rural: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado pela Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), reestruturado pela Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009).

O PAA objetiva incentivar a agricultura familiar e a produção rural sustentável, incitar a inclusão econômica e social, estimular o processamento e/ou a industrialização de alimentos, promover a geração de renda, motivar o consumo e a valorização dos alimentos da agricultura familiar, permear o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, impulsionar o abastecimento de alimentos pelas compras governamentais incluindo a alimentação escolar, formar estoques públicos e da agricultura familiar organizada, impulsionar os circuitos locais/regionais e as redes de comercialização, promover e valorizar a biodiversidade e o sistema produtivo de alimentos orgânicos e agroecológicos, suscitar hábitos alimentares mais saudáveis e incentivar a organização dos

agricultores familiares em cooperativas e em associações (BRASIL, 2012a).

O PNAE visa corroborar com o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis aos educandos através de ações promotoras de educação alimentar e nutricional, além de disponibilizar refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo e, incentivar a aquisição de alimentos diversificados da agricultura familiar com apoio ao desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2009).

Hentz (2016) evidenciou que o PAA e o PNAE suscitaram a organização dos agricultores familiares, no aumento da renda, na diversificação produtiva e no aumento da produção, na melhor estabilidade financeira, com o planejamento das atividades, acesso a financiamentos, inserção ao mercado, comercialização assegurada, o que conseqüentemente, impactou na qualidade de vida, na permanência da família rural no campo e no desenvolvimento rural sustentável.

Os beneficiários dessas políticas sociais são os agricultores familiares, os silvicultores, os extrativistas, os pescadores, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e tradicionais e demais formas organizativas que se enquadram na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), todavia dar-se-á prioridade aqueles produtores rurais de menor renda e valorizar-se-á a produção e os hábitos culturais/alimentares locais. Para tanto, objetivou-se estudar a estrutura sócio-produtiva

dos agricultores familiares que acessaram o PAA e o PNAE em Alta Floresta - MT.

MATERIAL E MÉTODOS

O município de Alta Floresta encontra-se situado no Norte do estado de Mato Grosso e está contido no bioma Amazônia, microrregião de Alta Floresta, a 799 Km da capital Cuiabá (MATO GROSSO, 2012). A extensão territorial é de 8.976,31 Km² que abriga uma população de 49.164 habitantes. O Produto Interno Bruto é de R\$ 1.040.126,00, dos quais o setor de serviços representa 68%, a indústria 19% e a agropecuária 13% (IBGE, 2017) e, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,714 (ATLAS BRASIL, 2013).

A pesquisa, de caráter descritiva por se tratar da caracterização e especificação dos fatos e fenômenos atuais (TRIVIÑOS, 1987), foi realizada com os agricultores familiares altaflorestenses beneficiados pelo PAA e PNAE durante o ano/safra agrícola de 2013 a 2015.

A investigação desdobrou-se em três etapas: revisão do estado da arte e levantamento de dados secundários (FONSECA, 2002), pesquisa a campo (GIL, 2007) e análise dos dados. Assim, teceram-se estudos bibliográficos sobre as temáticas da agricultura familiar, políticas públicas, desenvolvimento rural sustentável e o contexto histórico da estrutura produtiva do município. Os dados secundários obtidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) permitiram a caracterização socioeconômica de

Alta Floresta, etapa que possibilitou a compreensão do território.

A pesquisa a campo, com o propósito de levantamento de dados in situ (LAKATOS & MARCONI, 2003) ocorreu com os agricultores familiares que participaram de ambos os programas (PAA e PNAE) no triênio em questão e, para definição da composição da população elegeu-se o método não probabilístico por meio da técnica Bola de Neve (Snowball Sampling) (HUDELSON, 1994) que contemplou cinco famílias rurais.

Posteriormente, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturadas com perguntas abertas e fechadas que pautaram-se no estudo sobre o tipo da propriedade, localização, estrato de área, mão de obra empregada, benfeitorias do estabelecimento agropecuário, tipo de produção (agrícola e pecuária), sistema produtivo, tratos culturais, comercialização da produção, assistência técnica e os impactos decorrentes da participação no PAA e no PNAE. Utilizou-se, também, a observação não-participante como ferramenta de coleta de informações com registro fotográfico, caminhada pela área rural e croqui da propriedade.

A sistematização das informações qualitativas obtidas durante a pesquisa de campo foram processadas em planilhas no software Excel da Microsoft (MICROSOFT, 2013). Para a análise dos dados adotou-se a abordagem qualitativa de análise de conteúdo centrado-se na compreensão, descrição e explicação das dinâmicas sociais, valores, atitudes etc., não quantificados em variáveis operacionais (MINAYO, 2001). No diagnóstico quantitativo buscou-se a objetividade e

mensuração acerca dos dados pesquisados a partir da Análise Exploratória de Dados (FONSECA, 2002). As análises citadas possuem a mesma importância metodológica e a utilização conjunta possibilita coletar uma maior quantidade e qualidade de informações (DEMO, 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estabelecimentos rurais dos agricultores familiares do município de Alta Floresta, estado do Mato Grosso, que acessaram o PAA e PNAE entre os anos de 2013 a 2015 são formados essencialmente por proprietários de unidades produtivas localizadas nas zonas rurais das comunidades de Nossa Senhora da Salete, São Pedro, Boa Nova, Cristalina e Sol Nascente, sendo que apenas um (1) agricultor citou que desenvolveu as atividades agropecuárias em área arrendada.

As unidades produtivas apresentavam área de 0,5; 2,4; 4,5; 31,5; e 50 hectares, ou seja, estabelecimentos que não ultrapassaram quatro módulos fiscais e, um (1) módulo fiscal no município de Alta Floresta corresponde a 100 hectares (BRASIL, 1980), configurando-se como agricultura familiar diante da Lei da Agricultura Familiar nº 11.326 (BRASIL, 2006).

Os estratos de área observados não diferiram dos trabalhos de Triches & Schneider (2010b), no município de Dois Irmãos/RS, e de Hespanhol (2013), em Campina do Monte Alegre/SP, isso quer dizer que os beneficiários realmente são aqueles que possuem pequenas áreas produtivas.

Nos estabelecimentos dos agricultores familiares investigados prevaleceu a mão de obra familiar e em dois casos anotou-se ocasionalmente a contratação direta de trabalhadores para os períodos de plantio ou colheita e até mesmo a mão de obra por dia/diarista como forma de complementar a familiar, não alterando a composição de agricultor familiar.

A integração da força de trabalho familiar com a externa a propriedade (contratada, diarista, etc.) também foi constatada nas pesquisas de Nespoli et al. (2013) e Cochev (2014), ambas no município de Alta Floresta/MT, e de Scheuer (2015), em São José dos Quatro Marcos/MT.

Nas propriedades encontraram-se algumas benfeitorias a citar casas, cercas, curral, chiqueiro, galinheiro, paiol, fornos, barracão, tulha, casa de embalagem e rede elétrica, estruturas essas que, independentemente do estado, viabilizaram a produção agrícola e pecuária dos estabelecimentos, condicionante reverso a monocultura conforme ressaltou Sabourin (2007), não se alteraram com a participação nas políticas públicas estudadas.

As principais atividades agrícolas identificadas foram arroz, café, cana de açúcar, feijão, milho (grandes culturas), as hortícolas abacaxi, banana, mamão, melancia, laranja, cupuaçu (fruticultura), mandioca, inhame, taioba (olericultura) e, a exploração econômica de produtos florestais (silvicultura) por um (1) agricultor; na pecuária destacaram-se a avicultura, bovinocultura e suinocultura.

A comercialização dos produtos, com destaque os oriundos da horticultura, avicultura e suinocultura, se deram principalmente ao PAA e

PNAE (100%), contudo os mercados institucionais do PAA e PNAE limitam um teto de valores por DAP/agricultor, logo houve a venda dos alimentos à outros mercados.

Assim, observou-se que 80% dos agricultores familiares atingiram o limite de vendas institucionais ao PAA e PNAE, as demais produções agrícolas geradas nas propriedades acessaram outros canais de vendas a exemplo de feira com (80%), dos produtores rurais, para as associações/cooperativas, restaurantes e diretamente ao consumidor (60%) e atravessadores (40%), rotas de comercialização dos alimentos dos agricultores familiares que também foram apontadas por Cochev et al. (2014) em pesquisa com os agricultores familiares de Alta Floresta/MT. Os demais alimentos produzidos que não foram comercializados destinaram-se ao autoconsumo das famílias, situação similar ao encontrado por Cochev (2014). Tratando-se de produtos da agrobiodiversidade local somente encontrou-se a exploração comercial do cupuaçu (*Theobroma grandiflora*), maracujá (*Passiflora edulis*) e mandioca (*Manihot esculenta*), destinados a comercialização nos mercados institucionais.

Os alimentos vendidos via PAA e PNAE foram comercializados in natura, quer dizer, não passaram por alguma etapa de processamento e/ou beneficiamento, com exceção de um (1) agricultor familiar que cultivou o cupuaçu e o agroindustrializou em forma de polpa, agregando valor ao produto.

Ainda no tocante de comercialização da produção de alimentos ao PAA e PNAE, um (1) agricultor familiar assegurou que destinou toda a produção aos programas de compras

institucionais do governo federal, declaração que leva a compreensão de que esse beneficiário não explorou outros mercados, tornando-se dependente das políticas públicas.

A dependência da comercialização dos alimentos aos programas quiçá relacionou-se com as capacidades físicas, naturais e sociais do entrevistado e, Hespanhol (2013) e Scheuer et al. (2016), estes no município de São José dos Quatro Marcos, também apontaram que alguns agricultores focaram a produção ao PAA e/ou PNAE.

Com base nas afirmações supracitadas e contextualizada por Schmitt (2005), o PAA (aqui se pode considerar também o PNAE) é uma ferramenta que possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar independentemente das condições sociais e produtivas dos beneficiários, assim como constatado em campo e nos relatos dos agricultores familiares.

Dentre os entrevistados o sistema de cultivo com maior aporte na geração de trabalho e renda familiar foi a horticultura, em especial as hortaliças e fruticultura. Seabra Júnior et al. (2016) apontaram que o cultivo das hortaliças tem importância social e econômica por garantir a segurança alimentar e nutricional, fornecendo alimentos mais nutritivos a preços mais acessíveis, empregando mão de obra e, conseqüentemente, gerando renda e contribuindo para o desenvolvimento regional.

O sistema de cultivo (extensivo) caracterizou-se com a adoção de adubação, (embora muito parcial) da cama de frango, esterco bovino, adubação verde, pousio, algumas técnicas de biofertilização e compostagem, uso

de calcário para correção da acidez do solo, adubos químicos e agrotóxicos para o manejo de pragas, doenças e plantas daninhas. Apenas um (1) entrevistado afirmou que não seguiu orientações técnicas e tão pouco realizou análise do solo para o período inquerido, dado que preocupa a sustentabilidade do sistema produtivo.

No manejo do solo os agricultores familiares citaram a mecanização como forma de cultivo das culturas supracitadas e dois dos entrevistados não contavam com estrutura mecânica própria, dependendo da contratação de serviços externos a propriedade (prefeitura, vizinhos, entre outros).

Quanto à irrigação, utilizada primordialmente para a horticultura, condição observada em Scheuer (2015), um (1) entrevistado mencionou que não utilizou no triênio investigado e essa afirmação relacionou-se em função da produção predominante ser o cupuaçu, visto que a área disponível ao cultivo tem o solo úmido quase o ano todo.

Nos demais estabelecimentos estudados, independente da tecnologia empregada (baixa, média ou alta), os agricultores familiares utilizaram-se da irrigação tendo em vista a existência de algum curso d'água ou até mesmo olhos d'água.

Em relação à assistência técnica para o manejo do solo, cultural, diversificação da produção, orientações ambientais e comercialização da produção, quatro agricultores familiares citaram ser assistidos por empresa pública (secretaria municipal de agricultura e meio ambiente de Alta Floresta), privada (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas – SEBRAE e Instituto Homeopatia Rural) ou por contratação direta de agrônomos. Em geral, a assistência técnica recebida pelos entrevistados são dispersas e não contínuas, situação similar as investigações de Nespoli et al. (2013), Scheuer (2015) e Proença et al. (2016), este em Alta Floresta/MT. Destarte, não discutiu-se a eficácia da assistência e tão pouco a frequência na qual os agricultores foram assistidos e dessa questão um (1) agricultor afirmou a ausência de assistência técnica.

Em sequência, inquiriu-se aos agricultores familiares beneficiados do PAA e PNAE sobre o aumento da área de produção de alimentos e unanimemente responderam que cresceram a partir dos programas. Em relação à diversificação ou alterações/adaptações do sistema produtivo procedido após a participação, ou melhor, da comercialização dos alimentos às políticas de compras institucionais, apenas um (1) alegou que não modificou o sistema de produção. Muito provavelmente esse fato esteve relacionado a extensão da área produtiva (agricultor familiar com área de 0,5 hectares) voltada para à produção, especialmente, de cupuaçu e, também, a ausência de assistência técnica somou ao fator da não diversificação.

Dentre aqueles que diversificaram e/ou realizaram transformações no sistema de cultivo observou-se a transição do sistema de produção de convencional para orgânico com a adoção de manejos com princípios mais sustentáveis que valorizaram a biodiversidade local, consequentemente impactando na alimentação das pessoas que foram agraciadas com os alimentos e, houve a ressignificação da agricultura familiar do território, extrapolando o

âmbito econômico dos programas para um contexto social e ambiental (RIBEIRO et al., 2013).

Os sistemas de produção analisados que adotaram os preceitos agroecológicos ou orgânicos (não se objetivou na pesquisa sua distinção), a contar a adubação verde/orgânica, biofertilização, compostagem, entre outras técnicas levantadas em campo e que influenciaram na transição do cultivo convencional para orgânico, possivelmente esteve relacionado com o projeto institucional do Ministério de Integração Nacional, do Banco do Brasil e do SEBRAE denominado de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS) que visava difundir a sustentabilidade dos meios de produção de alimentos do território (SEBRAE, 2015).

Rodrigues (2016) afirmou que a implantação do PAIS aos agricultores do município (apenas um entrevistado foi contemplado) através do Projeto Olhos D'Água da Amazônia (PRODAM) em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do município, que fomentou uma tecnologia social e promoveu a geração de renda com sustentabilidade socioambiental.

O estado de transição do sistema produtivo encontrado, também observado por Scheuer (2015), reúne um conjunto de práticas agrícolas (diversificação produtiva entre agrícola e pecuária, adubação orgânica, adubação verde, sementes, tratamentos culturais, entre outros) que migraram para os preceitos da agroecologia sustentado nos textos de Caporal & Azevedo (2011).

O aumento da área de cultivo, a diversificação produtiva, a produção de alimentos mais saudáveis a partir do resgate de técnicas agrícolas mais sustentáveis e a valorização da agricultura familiar (MOURA & MAGALHÃES, 2008) que participou do PAA e do PNAE, foram discutidas nos trabalhos de Triches & Schneider (2010a), de Dias et al. (2013) no Território Sertão do Apodi, e de Scheuer et al. (2016) e, Ribeiro et al. (2013) argumentaram que o PNAE, não diferente do PAA, são instrumentos de políticas públicas que permitem corroborar com a sustentabilidade socioambiental e com o desenvolvimento rural.

CONCLUSÕES

Os agricultores familiares que acessaram os programas de compras institucionais do PAA e do PNAE no município de Alta Floresta foram constituídos de produtores rurais que preencheram os requisitos mínimos exigidos pela Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006).

A estrutura produtiva dos agricultores familiares demandam a necessidade de melhorias nas benfeitorias rurais e no sistema produtivo, bem como no apoio de assistência técnica para a otimização e profissionalização das atividades agropecuárias. Contudo notou-se princípios de técnicas agrícolas mais sustentáveis, diversificação da produção e com potencial para a inclusão de produtos da agrobiodiversidade no mercado institucional.

A produção familiar de alimentos conduz-se ao consumo das famílias e comercialização, dentre os canais o PAA e o PNAE. Nesse

contexto é que se percebe a importância dos programas institucionais de comercialização da produção agrícola familiar tendo em vista que atuaram diretamente em um dos problemas existentes das pequenas unidades familiares: a inserção dos produtos no comércio local.

REFERÊNCIAS

Atlas Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [Internet], 2013 [acesso em 20 janeiro 2018]. Disponível em:
<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/alta-floresta_mt>.

Belik, W., Chaim, N. A. 2009. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Revista de Nutrição* 22(5): 595-607.

Belik, W., Domene, S. M. A. 2012 Experiências de programas combinados de alimentação escolar e desenvolvimento local em São Paulo-Brasil. *Agroalimentaria* 18(34): 57-72.

Bonini, I., Pessoa, M. J. G., Seabra Junior, S. 2013. Faces da produção agrícola na Amazônia mato-grossense: tipos de exploração, origem dos agricultores e impactos na conservação ambiental em Alta Floresta (MT). *Novos Cadernos NAEA* 16(1): 173-90.

Brasil. 1980 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Especial/INCRA nº 20, de 28 de maio de 1980. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1*, p. 11.606.

_____. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 jul. 2003. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 jun. 2009. Seção 1, p. 2.

_____. Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 set. 2012b. Seção 1, p. 52.

Caporal, F. R., Azevedo, E. O. 2011. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: Caporal, F. R.; Azevedo, E. O. (Org.). *Princípios e Perspectivas da Agroecologia*. Paraná: IFPR. 83-120 p.

Cochev, J. S. 2014. Dinâmica de uso e olericultura em Alta Floresta, Amazônia mato-grossense, Brasil. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade e Agrossistemas Amazônicos) – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade em Agroecossistemas Amazônicos, Universidade do Estado de Mato Grosso.

Demo, P. 1995. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Dias, T. F., Nunes, E. M., de Lima Torres, F., & Torres, A. C. M. 2013. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté 9(3): 100-29.

Fonseca, J. J. S. 2002. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

Gil, A. C. 2007. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Hentz, C. 2016. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos no município de Pinhalzinho-SC como estratégia de reprodução socioeconômica da produção familiar. *Acta geográfica* 10(22) 48-67.

Hespanhol, R. A. M. 2013. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza, Uberlândia* 25(3): 469-83.

Hudelson, P. M. 1994. *Qualitative research for health programmes*. Geneva: World Health Organization,

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário de 2006. Rio de Janeiro: IBGE. [Internet], 2017 [acesso em 21 janeiro 2017]. Disponível em:
<<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1109&z=t&o=1&i=P>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades: Alta Floresta/MT. Rio de Janeiro: IBGE. [Internet], 2018 [acesso em 02 janeiro 2018]. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510025&search=mato-grosso|alta-floresta|infograficos:-informacoes-completas>>

- Lakatos, E. M., Marconi, M. A. 2003. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Lang, T., Heasman, M. 2004. Food Wars: The Battle for Minds, Mouths and Markets. London: Earthscan.
- Maluf, R. S. J. 2004. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE* 25(1) 299-322 2004.
- Mato Grosso (Estado). 2012. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. Cuiabá: Central de Texto.
- Microsoft. 2013. Software Excel da Microsoft® 2013. Washington, DC: Microsoft Corporation.
- Minayo, M. C. S. 2001. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.
- Moura, D., Magalhães, F. C. 2008. A castanha de caju no contexto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista de Política Agrícola* 17(1): 108-16.
- Nespoli, A., Cochev, J. S., Junior, S. S., & da Silva Neves, S. M. A. 2013. Perfil socioeconômico dos horticultores do município de Alta Floresta/MT. *Cadernos de Agroecologia* 8(2).
- Proença, I. C. L., Massaroto, J. A., Theodoro, V. C. A. 2016. Agricultura orgânica no município de Alta Floresta-MT: estudo de caso em propriedades de base familiar. *Revista de Ciências Agroambientais* 14 (1) 119-30.
- Ribeiro, A. L. P., Ceratti, S., Broch, D. T. 2013. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a participação da agricultura familiar em municípios do Rio Grande do Sul. *Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto* 1(1): 36-49.
- Rodrigues, J. A. 2016. Relatório Executivo Projeto Olhos D'Água da Amazônia: fase - II. Alta Floresta: Paço Municipal.
- SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 22, n. 3, p. 715-51, set./dez., 2007.
- Scheuer, J. M. 2015. Agricultura familiar vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos no município de São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso, e seus desdobramentos socioeconômico e ambiental. 2015. 96 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Universidade do Estado de Mato Grosso.
- Scheuer, J. M., da Silva Neves, S. M. A., de Moura, A. P., & Neves, R. J. 2016. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 12(1).
- SCHMITT, C. J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 14, n. 2, p. 78-88, abr./jun., 2005.
- Júnior, S. S., da Silva Neves, S. M. A., Nunes, M. C. M., Neves, R. J., & da Silva Ponce, F. 2016. Dia do produtor de hortaliças. *Revista Cultura & Extensão UNEMAT*, 1(1), 24-35.
- Seluchinesk, R. D. C. 2008. De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense. 2008. 263 f. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS). Campo Grande: SEBRAE. [Internet], 2015 [acesso em 10 janeiro 2017]. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/ebraeaz/projeto-pais-producao-agroecologica-integrada-e-sustentavel,6cb5f2cd2f3a9410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>
- Silva, A. P. F., Sousa A. A. 2013. Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil. *Revista de Nutrição* 26(6): 701-14.
- Silva, M. G., Silva, S. P. 2011. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. *Boletim de Mercado de Trabalho* 4(49): 87-93.
- STEIN, A. Q., Conterato, M. A. 2013. Agricultura familiar e agricultura não familiar em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul: considerações a partir do Censo Agropecuario 2006. *Ensaio FEE* (34): 1035-62
- Triches, R. M., Schneider, S. 2010a. Reconstruindo o "elo perdido": a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do Programa de Alimentação Escolar no município de Dois Irmãos (RS). *Revista Segurança Alimentar e Nutricional* 17(1): 1-15.

Triches, R. M., Schneider, S. 2010b. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo a produção. Saúde e Sociedade 19(4): 933-45.

TRIVIÑOS, A. N. S. 1987. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

José Alesando Rodrigues

Mestre em Biodiversidade e Agroecossistemas Amazônicos. Através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente atual nos seguintes temas: Impactos Ambientais de atividade antropogênicas, Educação Ambiental e Meio Ambiente.

Santino Seabra Junior

Professor adjunto ao departamento de agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Tem atuado em projetos de pesquisas, extensão e interface ensino, pesquisa e extensão.

Junior Miranda Scheuer

Doutorando em Ciências Agrárias - Universidad de la República. Atua nas áreas de desenvolvimento rural, territorial e sustentável, políticas públicas, agricultura familiar, gestão socioambiental e educação profissionalizante.

Delmonte Roboredo

Professor adjunto ao departamento de agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Atua nas áreas de desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar, políticas públicas e organização social

Charles Caioni

Doutorando em ecologia e conservação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Atua nas áreas de Mudanças Climáticas, Climatologia Florestal, Meteorologia Florestal e Sensoriamento Remoto
